

PRINCIPAL DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2020.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente caixa	5	56	90	Passivos fiscais		2.518	2.510
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6		-	Outros passivos		18	213
Impostos a recuperar	8	3.999	3.834			2.536	2.723
Outros ativos		388	637	Não circulante			
		4.444	4.561	Passivo a Descoberto	9		320.150
				Partes relacionadas	10	7.667	6.938
						7.667	327.088
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	9	-	0	Capital social	11	40.894	40.894
		0	0	Reservas de capital		368.212	368.212
				Ajuste de avaliação patrimonial			34.412
				Prejuízos acumulados		(414.867)	(768.768)
						(5.761)	(325.250)
Total do ativo		4.444	4.561	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.444	4.561

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ações)

	Nota	2019	2018
Despesas operacionais			
Despesas operacionais		(92)	(100)
Despesas tributárias		(8)	(8)
Resultado de equivalência patrimonial			(135.152)
Outras Receitas(despesas)operacionais líquidas	13	354.562	(144.059)
Prejuízo antes do resultado financeiro		354.462	(279.319)
Receitas financeiras	14	168	178
Despesas financeiras	14	(729)	(662)
		(561)	(484)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		353.901	(279.803)
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		353.900	(279.803)
Lucro/Prejuízo líquido por ação (R\$ mil)		0,66	(0,52)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo líquido do exercício	353.900	(279.803)
Outros resultados abrangentes:		
Ajustes de avaliação patrimonial	(34.412)	
	<u>319.488</u>	<u>(279.803)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40.894	368.212	34.412	(488.964)	-45.446
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(279.803)	(279.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40.894	368.212	34.412	(768.768)	-325.250
Realização de Outros Resultados Abrangentes			(34.412)		(34.412)
Lucro líquido do exercício	-	-		353.900	353.900
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.894	368.212	-	(414.868)	-5.762

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	353.901	(279.803)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Resultado de equivalência patrimonial	-	135.152
Baixa do Investimento	(34.412)	
Passivo a Descoberto - Baixa Investimento	(320.150)	
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	(661)	(144.652)
Aumento nos ativos/(passivos) operacionais		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		
Empréstimos e recebíveis	-	-
Impostos a recuperar	(165)	(176)
Outros ativos	248	0
Passivos Fiscais	9	9
Outros Passivos	(194)	150
Partes Relacionadas	729	661
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	(34)	(144.007)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos em coligadas	-	144.059
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	-	144.059
Variação de caixa e equivalente de caixa	(34)	52
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	90	38
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	56	90
Redução de caixa e equivalente de caixa	(34)	52

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Em 17 de setembro de 2012, foi constituída a DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A. (anteriormente denominada BTG Pactual Oil & Gás II Empreendimentos e Participações S.A.), (“Companhia”), que tem como objeto social a participação em empreendimentos econômicos, especialmente no capital social de empresas voltadas para a atividade marítima de afretamento, armação, operação e reparação em embarcações em geral, navegação de longo curso, cabotagem, apoio e gerenciamento marítimo, transporte de graneis líquidos, incluindo operação de cargas e descargas de navios e terminais de produtos de petróleo e seus derivados, construção e reparação de embarcações em geral, bem como serviços de proteção ambiental em portos e estaleiros. A Companhia está sediada na Praia de Botafogo, 228, sala 1705, Bloco B, CEP 22250-906, na cidade e estado do Rio de Janeiro.

Em 30 de setembro de 2015, diante da grave crise financeira que afetou seus investimentos, e com o interesse em recuperá-los, a Companhia vendeu, mediante aporte em moeda corrente, seu controle acionário para a Oprime LLC, Companhia indiretamente controlada por Fábio Carvalho, investidor com ampla experiência em gestão de empresas em crise financeira e operacional. Concomitante a venda de seu controle acionário, a Companhia aportou novos recursos na Brasbunker Participações S.A., e passou a compartilhar seu controle, mediante participação paritária com a antiga controladora Rio Alva, e a atuar de forma cooperativa para a implementação de eficientes medidas necessárias para sua recuperação econômica e financeira, que incluíram a repactuação das debêntures privadamente emitidas pela Brasbunker S.A. em condições pré-determinadas, de forma definitiva e vinculante.

Em 01 de agosto de 2016, a Companhia realizou uma reorganização societária, por meio da qual a Principal DSB Serviços de Óleo e Gás S.A. (“DSB I”) e o FIP Brasil Óleo e Gás (“FIP BOG”), gerido pela Valora Gestão de Investimentos Ltda., realizaram a permuta de parcela de suas participações societárias na Companhia e na DSB I, respectivamente, e passaram a ser titulares de participação societária direta na Companhia.

Em 29 de dezembro de 2017, o Grupo Bravante passou por uma reorganização em que parte das debêntures ora emitidas pela Brasbunker foram cedidas à Bravante Participações S.A. por meio de assunção de dívida, com aprovação de 100% dos debenturistas e sem alteração nas condições previstas inicialmente de remuneração e garantias. Desta forma, a Bravante passa a ser detentora de 100% das ações da Brasbunker, alterando o quadro societário dos acionistas diretos desta companhia.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de maio de 2020 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e dos resultados da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC requer que a administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes.

Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

2.4. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.5. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para

estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são depósitos bancários de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Reconhecimento inicial e mensuração

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos quando os ativos e passivos estão avaliados ao valor justo no resultado.

(iii) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes;
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento;
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Os juros de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado são registrados em “Receitas financeiras”.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Baixa de ativos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- a. O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido.
- b. Houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
 - Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo;
 - Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando a Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia no ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela Companhia.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos;
- **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input.

Redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros (Impairment)

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioração na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de covenants, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte e redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução do valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para a Companhia. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

c. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

-
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

d. Investimentos em coligadas

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem empresas sobre as quais a Companhia possui influência significativa nas políticas operacionais e financeiras e empreendimentos controlados em conjunto, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas é reconhecida no “Resultado de participação em coligada” e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas empresas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

e. Ágio ou deságio

O ágio ou deságio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido.

O ágio e o deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas e controladas em conjunto, e no resultado de exercícios futuros, para controladas, lá permanecendo até que o investimento seja realizado.

f. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, com a exceção de:

- Aqueles cuja intenção é vender imediatamente ou no curto prazo e aqueles designados inicialmente como ao valor justo por meio do resultado;
- Aqueles designados inicialmente como disponíveis para a venda;

- Aqueles cujo valor total do investimento não será substancialmente recuperado, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Após a mensuração inicial, os montantes de empréstimos e recebíveis serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

g. Obrigações por empréstimos

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata dia" com base na taxa efetiva das operações.

h. Outros ativos/passivos

Outras contas a receber/pagar estão demonstradas pelo custo menos provisão créditos de liquidação duvidosa, que se aproxima do valor justo dada a sua natureza de curto prazo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de coletar todas as quantias devidas de acordo com as condições iniciais do recebível.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240.000 e de 9% para contribuição social, sobre a base determinada conforme acima.

j. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

k. Reconhecimento de receitas e despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4. Gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e

controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamentos de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

a. Risco de mercado

O gerenciamento de risco da Companhia é efetuado através de testes de estresse, em que diversos cenários vislumbrados para o comportamento dos mercados são devidamente simulados, o que permite a identificação dos principais componentes do risco a serem neutralizados.

Adicionalmente, todas as contrapartes são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento. Aspectos de natureza qualitativa são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito.

b. Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição de ativos financeiros estavam concentrados no Brasil, no setor bancário.

c. Análise de liquidez de ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado.

Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financeira e aumento o risco de crédito da Companhia a elas.

De acordo com sua política, a Companhia monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela a seguir resume a expectativa de fluxos de caixa descontados para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e fluxos de caixas descontados contratuais para outros ativos do balanço, para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro 2019 e 2018****(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)**

2019					
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	56	-	-	-	56
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	0
Outros ativos	-	4.387	-	-	4.387
Total do ativo	56	4.387	-	0	4.444

2018					
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	90	-	-	-	90
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	4.471	-	-	4.471
Total do ativo	90	4.471	-	0	4.561

d. Risco de liquidez de passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o quadro a seguir apresenta o fluxo de caixa contratual descontados para os passivos.

2019					
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivo					
Passivos fiscais	2.518	-	-	-	2.518
Mútuo com partes relacionados	-	-	-	7.667	7.667
Provisão para perda de investimento	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	18	-	-	18
Total do Passivo	2.518	18	-	7.667	10.204

2018					
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivo					
Passivos fiscais	2.510	-	-	-	2.510
Mútuo com partes relacionados	-	-	-	6.938	6.938
Provisão para perda de investimento	-	-	-	320.150	320.150
Outros passivos	-	213	-	-	213
Total do Passivo	2.510	213	-	327.088	329.811

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco BTG Pactual S A	56	90
	<u>56</u>	<u>90</u>

O saldo dessa rubrica refere-se, principalmente, a depósitos no Banco BTG Pactual S.A.

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Em 07 de outubro de 2015, a Companhia assinou o Acordo de Investimentos que previa a reestruturação societária da Brasbunker Participações S.A. e a repactuação das debêntures privadas emitidas pela Brasbunker Participações S.A. até a data do respectivo documento, as debêntures da 1ª até a 29ª emissões, nas novas condições estabelecidas nas 31ª a 35ª emissões, integralizadas via transferência das antigas debêntures, e segmentadas nas séries A, B e C.

Durante o exercício de 2015, a Brasbunker Participações S.A. manifestou interesse pela conversibilidade das respectivas debêntures em ações, e sendo instrumento patrimonial, foi reclassificada do passivo não circulante para o patrimônio, após a concordância de todos os debenturistas pela antecipação do prazo de vencimento das debêntures.

Em 01 de agosto de 2016, como parte de sua reorganização societária, a Companhia adquiriu 23.535 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 32ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo A, e 86.252 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 32ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo B, da Lazarus Administração e Participações Ltda. (“Lazarus”), 11.396 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 33ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo B, da K.M.I.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“KMISPE”), e alienou 72.267 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 33ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo C, para a Lazarus.

A Administração constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na análise individual sobre prováveis perdas de créditos a vencer e vencidos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão para perda do saldo a receber de R\$ 238.891 (R\$320.150 em 2018) que é composta pela assunção da dívida referente às debêntures transferidas da Brasbunker para a Bravante e pelos juros acruados.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)

Classificação	Série A	Série B	Série C
Vencimento	19/11/2030	19/11/2030	19/11/2030
Remuneração	IPCA + 6%a..a.	IPCA + 3%a.a. até Nov 2020 IPCA + 6%a.a. após Nov 2020	IPCA até Nov 2020 IPCA + 6%a.a. após Nov 2020
Pagamento de juros	Mensal	Semestral	Semestral
1º pagamentos de juros	19/12/2015	19/10/2020	19/10/2020
Pagamento principal	10%a.a.	10%a.a.	10%a.a.
Início da amortização	19/10/2021	19/10/2021	19/10/2021
Bonificação	Conforme Acordo limitado a R\$15.000 ao ano	Não aplicável	Não aplicável

Descrição	Valor em R\$ mil
	2019
Debêntures - 31ª Emissão - Tipo A	41.279,0
Debêntures - 31ª Emissão - Tipo B	8.636,0
Debêntures - 32ª Emissão - Tipo A	23.535
Debêntures - 32ª Emissão - Tipo B	86.252
Debêntures - 33ª Emissão - Tipo B	11.396
Debêntures - 33ª Emissão - Tipo C	28.817
Debêntures - 34ª Emissão - Tipo B	12.019,0
Juros das debêntures	26.957
	238.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(238.891)
Saldo	-

8. Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.789	2.255
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.210	1.158
Outros		421
	3.999	3.834

9. Passivo a descoberto

Até 4 de fevereiro de 2019, a DSB II possuía parcela relevante do seu ativo investida em ações da Bravante, representando 50% do capital social da Bravante, além de parte das debêntures séries A, B e C emitidas pela mesma empresa. Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária da DSB II realizada em 05 de fevereiro de 2019, foi aprovado à celebração do contrato de permuta firmado entre a DSB II e debenturistas, pelo qual ocorreu a transferência das

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro 2019 e 2018****(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)**

124.319.531 ações ordinárias (que representa os 50% do capital social) de emissão da Bravante de titularidade da DSB II por (a) 41.279 debêntures da Série A e 8.636 debêntures da Série B, todas da forma nominativa, da espécie quirografária, não escritural, sem emissão de cautelas e certificados, emitidas pela Bravante nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 31ª Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis e Conversíveis em Ações Preferenciais, em duas Séries, da espécie quirografária, e (b) 12.019 debêntures da série B, da forma nominativa, da espécie quirografária, conversíveis em ações preferenciais de emissão da emissora, não escritural, sem emissão de cautelas e certificados, emitidas pela Bravante nos termos do Instrumento Particular da 34ª Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações Preferenciais, em Série única. Sendo assim, a DSB II deixou de ser acionista da Bravante para se tornar unicamente credora desta, abaixo o quadro com o resumo da quantidade de debêntures assumidas pela DSB II.

Quadro Resumo		
Data Base	Emissão	Quantidade Debêntures DSB II
31/12/2019	Total de Debêntures	211.934
	31ª emissão	49.915
	32ª emissão	109.787
	33ª emissão	40.213
	34ª emissão	12.019

10. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha transações com a Oprime LLC:

- (i) Mútuo no montante de R\$ 7.556 (R\$ 6.834 em 2018), com vencimento em 21 de janeiro de 2021, indexados ao CDI + 4% a.a..
- (ii) AFAC no montante de R\$110, com vencimento em 10 de novembro de 2020, indexados ao CDI.

Movimentações 2019

	Saldo 2018	Cessão/Amortização de Principal	Acruál de Juros	Saldo 2019
(i) Mútuo	6.834	-	723	7.556
(ii) AFAC	104	-	6	110
	6.938	-	729	7.667

Movimentações 2018

	Saldo 2017	Cessão/Amortização de Principal	Acruál de Juros	Saldo 2018
(i) Mútuo	6.174	-	655	6.834
(ii) AFAC	98	-	6	104
	6.272	-	661	6.938

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembleia geral extraordinária realizada em 01 de agosto de 2016, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$2.655 mediante a emissão de 89.079 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela DSB I mediante assunção de dívida, perfazendo o preço de emissão global no valor de R\$ 26.550, sendo R\$2.655 destinados à conta de capital social, e R\$23.895 destinados à conta de reserva de ágio.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 40.894 (R\$40.894 em 2017), totalmente integralizado, representado por 538.722 (538.722 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais.

Composição acionária da Companhia:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
FIP BOG	430.977	80,00
Oprime	107.745	20,00

b. Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. Em função do prejuízo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve constituição de reserva legal.

12. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)

13. Outras receitas e despesas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Alienação de debêntures	(61.934)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	354.562	(144.059)
Debêntures	61.934	-
Outras despesas	-	-
	<u>354.562</u>	<u>(144.059)</u>

14. Receitas (despesas), financeiras

As despesas financeiras referem-se aos juros remuneratórios dos empréstimos tomados no exterior pela companhia.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>353.900</u>	<u>(279.803)</u>
Adições		
Equivalência patrimonial		135.152
Provisão para perdas		-
Perda de Ágio		144.059
Exclusão		
Juros	0	0
Baixa ajuste avaliação patrimonial	(354.561)	-
Base de cálculo	<u>(661)</u>	<u>(592)</u>

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo líquido por ação)

A administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes com probabilidade de perda provável.

Existem processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível sem atribuição de valores em 31 de dezembro de 2019, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17.Eventos subsequentes

A DSB II aceitou a proposta da Bravante Participações S.A para o recebimento dos valores relativos às debêntures por ela detidas e assinou, em 31/03/20, os aditamentos aos contratos das dívidas originais, formalizando um fluxo mensal e contínuo de recebimento. Até maio de 2020 a DSB II recebeu R\$ 1.649 referentes à amortização de debentures.